



HISTÓRIA REGIONAL E PATRIMÔNIO HISTÓRICO: ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES

Amanda Dutra Hot¹, Germano Moreira Campos², Leonardo Vieira Barbosa³.

¹ Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Professora do curso de História da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG), amanda_duhot@yahoo.com.br

² Mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Coordenador e Professor do curso de História da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG), germcampos@yahoo.com.br

³ Graduando em História pela Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG), leeobarbosa@hotmail.com

Resumo- O estudo da história regional de Manhuaçu, de seu povo e de suas fontes de pesquisa propicia estimular aos pesquisadores e alunos no curso de História a se lançarem em trabalhos que promovam o conhecimento acerca da cidade e da região de Manhuaçu, de sua cultura e de suas fontes históricas. O objetivo do trabalho consiste em trabalhar com a história local e regional de Manhuaçu, de forma a compreender as especificidades de sua trajetória política, econômica, social e cultural. A pesquisa se mostra importante por abordar a temática da cidade, das relações de trabalho e da cultura e também por dialogar com as produções mais recentes do campo historiográfico, que são a História Oral, a História das Mentalidades e a História Cultural. Destaca-se que ainda que o contato com a tarefa do historiador, que consiste em pesquisar, levantar, organizar e sistematizar fontes que, muitas vezes, encontram-se dispersas em arquivos particulares ou mesmo na cultura imaterial e oral de seu povo, é de fundamental importância para evidenciar objetos de pesquisa que, normalmente, não são tão visíveis pelos estudos tradicionais.

Palavras-chave: Cidade, História Regional, Manhuaçu, História Oral.

Área do Conhecimento: História Regional.

INTRODUÇÃO

A renovação historiográfica no século XX, fruto do movimento dos *Annales*, possibilitou a ampliação dos campos e territórios do historiador. Após 1970, ampliaram-se as discussões sobre abordagens e enfoques na pesquisa em história. Nesse contexto, merece tecermos breves considerações sobre a História Regional.

Os trabalhos denominados de História Regional são constantemente questionados pelo fato de que toda pesquisa aborda determinado espaço, daí todas as pesquisas serem regionais, não necessitando de enfatizar a metodologia. Ao trazer a temática local e regional, estamos salientando a necessidade de ampliarmos os objetos de estudos para conhecermos melhor a história do país, valorizando as peculiaridades.

É importante a discussão conceitual sobre região e história regional para que possamos incluir essa abordagem historiográfica em nossas pesquisas. A História Regional vai estudar o contexto histórico de determinado espaço, tomando-o como delimitação para o objeto de estudo. Assim,

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região

específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p. 152).

Ao tratarmos de história regional estamos nos referindo à abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser estudado.

(...) de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial) (BARROS, 2004, p. 153).

É importante explicarmos também que História Regional e Micro-história não são a “mesma coisa”. Barros (2004) enfatiza que a micro-história faz uma redução de escala de observação para perceber aspectos que poderiam não ser percebidos na análise macro. A História Regional

faz o estudo da realidade recortada por ela mesma.

Os trabalhos regionais são justificados porque os estudos nacionais ressaltam as semelhanças, e a regional trabalha com as diferenças. Possibilitam abordar aspectos que não seriam percebidos no contexto maior. Dessa forma,

[...] o estudo regional oferece novas óticas de análise do estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional resalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. [...] (SILVA, 1990, p. 13).

A importância da pesquisa regional em história é verificada também pelo fato de que por meio dessa abordagem podemos discutir também a aplicação de teorias, pois

(...) a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra, o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias, quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas (SILVA, 1990, p. 13).

Determinadas realidades apresentam de forma concreta o que é descrito na teoria e nas discussões conceituais, como, por exemplo, no estudo das relações de poder na Primeira República. Os trabalhos sobre o coronelismo, bastante interessantes quando o assunto é Manhuaçu e região, por exemplo, apresentam tipos sociais que muitas vezes não expressam a realidade política do Brasil como um todo. Temos, conforme pesquisas realizadas, uma estrutura de poder em que o político obtém o poder via comércio, especialmente nas regiões de pequena propriedade, o que só pode ser verificado se tomarmos o estudo de determinada região, senão caímos no erro de tomarmos pesquisas de outras regiões para explicar o todo, o que nos permite compartilhar com Queiroz (1975, p. 171) a convicção de que:

seria indicado que diversas monografias fossem efetuadas, em locais e regiões diferentes, a fim de identificar as várias formas que podem tomar as relações entre os mandões políticos e seus sustentáculos nas urnas, assim como as várias

formas de ascensão sócio-político e econômica (QUEIROZ, 1975, p. 171).

O estudo regional nos permite estabelecer comparações, uma vez que, ao estabelecermos uma relação do regional com o nacional, nossa visão e compreensão de determinado fato se amplia, possibilitando romper com estereótipos historiográficos.

No entanto, ao trabalharmos com essa abordagem, é necessário estabelecermos algumas considerações. Como em toda pesquisa, o pesquisador deve ter identificação com o assunto, nesse caso deve ainda apresentar afinidade com a região em estudo. Não se trata de uma questão de ter uma ligação sentimental ou de “dívida” com a região estudada. Como em toda pesquisa, há a necessidade de uma relação, afinidade, entre pesquisador e objeto.

Outro ponto a ser considerado é que o pesquisador deve estar ciente de que a história regional vai lhe trazer algumas implicações no que se refere às fontes. Na maioria das vezes, e como é o caso para a cidade de Manhuaçu, os documentos não estão em arquivos públicos organizados e à disposição para a pesquisa. O pesquisador vai ter que localizar o material que pode estar em poder de famílias ou instituições que dificultarão o acesso por motivos diversos. Muitas famílias, por exemplo, não gostam de abrir ou ceder documentos que lhes pertencem e até mesmo dar informações sobre algum membro com receio de que o pesquisador perca a “reliquia” familiar ou que a pesquisa possa prejudicar a imagem da família com as informações apresentadas.

Quando ele chega ao documento, vai ter que organizá-lo para depois trabalhar. O que é diferente de pesquisas sobre assuntos que apresentam material organizado em arquivos públicos. Além disso, há as fontes orais que são importantíssimas no estudo regional, sendo muitas vezes a única fonte disponível e que requer uma atenção para que a pesquisa em história regional não fique comprometida com os interesses do entrevistado ou a distorção das respostas. Não negamos a subjetividade na história, mas cabe ao historiador saber conduzir sua escrita.

Ressalta-se também que as fontes secundárias são escassas ou não existem, na maioria das vezes, pois sua pesquisa pode ser o primeiro trabalho sobre aquela região. Daí outro ponto interessante sobre a História Regional, você não vai ter um livro ou outras pesquisas para nortear seu trabalho, o que demanda mais tempo para organizar a pesquisa.

Esteja consciente ainda de que os resultados do seu trabalho vão ser lidos pelos indivíduos que contribuíram para sua pesquisa (por meio de

entrevistas ou doação de documentos) ou pessoas ligadas a eles. Como, na maioria das vezes, o pesquisador regional convive com seu objeto de pesquisa, ele poderá ser questionado sobre as conclusões apresentadas, que muitas vezes não são o que o objeto de estudo gostaria que fosse apresentado.

Falar de modo geral das fraudes eleitorais do Brasil na Primeira República é uma coisa. Apresentar o nome do candidato e a denúncia em jornal da época sobre as fraudes pode levar o pesquisador a um confronto com a família desse político, o que não ocorre quando abordamos o geral.

Mas há também recompensa: quando vemos o resultado, o fato concreto, perto de nós. Esse é um ponto importante, a pesquisa regional te aproxima do objeto de estudo, daí a História Regional motivar os pesquisadores.

Outro ponto relevante é considerarmos a necessidade, como em qualquer pesquisa, de recorrermos ao referencial teórico e ao rigor científico. Muitos trabalhos regionais acabam retratando a história de forma não acadêmica e caem em relatos de memórias sem uma análise crítica dos testemunhos ou, então, um amontoado de informações sem uma organização teórico-metodológica, o que é muito comum nos trabalhos das pessoas que “querem resgatar a história local”.

METODOLOGIA

Este trabalho justifica-se pela construção da história da cidade de Manhauçu e de sua região, através de uma ação realizada por profissionais da área de História, sem o apego emocional e muitas vezes fantasioso, que pode resultar em um trabalho de cunho não acadêmico.

O estudo de História Local e Regional nem sempre teve importância no mundo acadêmico, sendo que apenas a partir do final década de 1980, surgem trabalhos mais sistematizados relacionados ao tema. Isso só foi possível graças a uma nova concepção metodológica que surgiu na França em 1929, denominada de *Nova História*. A partir desta nova abordagem historiográfica, passou a existir uma diversificação no conceito de fonte histórica, bem como uma dinamização no objeto de estudo do pesquisador, como cita a historiadora baiana Ana Maria Carvalho de Oliveira:

(...) A Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e

de interpretação histórica. (...) Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular (OLIVEIRA, p. 15, 2003).

Assim, a forma de abordagem da História Local é diferente da tradicional, que ao ser apresentada nos livros didáticos de forma pronta e acabada, torna o educando um ser passivo diante do saber e distante do processo histórico. E nesta linha de pensamento, afirma a historiadora Circe Bittencourt

(...) que o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa-para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento (2004, p. 84).

De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 – no seu artigo 26, enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade.

Nesta perspectiva, tornou-se viável estudar aspectos que até então não eram mencionados nas academias, ampliou-se à visão dos agentes elaboradores da história, deixou-se um tanto de lado a noção tradicional da narrativa histórica para buscar uma história problema, como nos esclarece o historiador Peter Burke

(...) a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. (...) Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo. (...) O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (Burke, 1992, p. 11).

Por esta ótica, nota-se a importância do estudo da História Regional e Local no universo historiográfico, uma vez que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo. A narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região, conseqüentemente do município. Passa existir a construção de uma história plural, sem

qualquer tipo de preconceito e os excluídos passam a ter voz.

Evidentemente, a História Regional e Local não pode ser desvinculada de um contexto mais amplo de região, ou seja, não podemos falar de economia de Manhuaçu no final século XIX ou mesmo no início do século XX, sem fazer uma relação com o cenário nacional, mas isso não significa estabelecer escalas de valores entre um tema e outro, o fundamental é percebermos as relações históricas na mais pura especificidade.

As possibilidades de fontes para se fazer História Regional e Local são inúmeras, porém muitas vezes elas não se encontram devidamente catalogadas ou mesmo disponíveis aos estudiosos, além do fato de que muitos acervos estão em posse de particulares.

Essas fontes necessitam de um melhor tratamento e de um trabalho voltado para sua conservação, disponibilização e divulgação, e nada melhor que o espaço acadêmico para que tais ações possam ser realizadas. Podemos buscar tais fontes em arquivos públicos e particulares, nos livros de ata da Câmara de Vereadores, em jornais, monumentos, fotos, entrevistas, livros de memorialistas, filmes, músicas, no cotidiano das pessoas e em outras infinidades de fontes históricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de dissertarmos a respeito da importância do patrimônio cultural, devemos antes compreendermos a importância da recordação e valorização da memória.

Vivemos em uma sociedade que podemos classificar como “desmemoriada”; a memória perdeu sua importância nesse dinamismo das vidas atarefadas. Somos criados para produzir, não para guardarmos memórias. E, junto a essa “crise da memória”, perdemos também muito de nossa história e a compreensão de zelo e apego por essa carga adquirida no decorrer do tempo em nossas experiências de vivência para contar a trajetória de nosso percurso na passagem pela história de nosso meio social.

Esse legado que deixamos à nossa sociedade, juntamente com o que em parceria construímos ou vemos ser construído, constituem parte de nossa identidade enquanto indivíduos culturais, ou seja, essas heranças, conhecidas por patrimônio, representa a preservação da memória de um povo.

Não se trata apenas de narrar uma história, registrar memórias asseguram a postergação da herança de uma comunidade no decorrer do tempo. Sobre essa temática, podemos recortar especificamente o Patrimônio Cultural e

preservação da memória histórica do povo manhuaçuense.

Segundo o artigo 216 da Constituição: constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico [...]

De acordo com Yussef Campos - em sua obra *Proposições para o Patrimônio Cultural* - a promoção e a preservação ficam a cargo do Poder Público com a colaboração da comunidade. À administração pública cabe a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitam. No §3 a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. – Serão punidos, na forma da lei, os danos e ameaças ao patrimônio cultural. Pela lei são tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. E no §6, diz que os Estados e o Distrito Federal devem vincular por meio de fundo estadual de cultura, uma determinada taxa para o financiamento de programas e projetos culturais.

O inventário não possui regulamentação infraconstitucional, de âmbito nacional, que estipule normas relativas aos seus efeitos:

[...] O estado de Minas Gerais, através do projeto de lei 939 de 2011, tenta suprir essa ausência quanto à regulamentação do inventário em seu âmbito. Define, em seu artigo III, que:

O inventário consiste na identificação das características, particularidades, histórico e relevância cultural, objetivando a proteção dos bens culturais materiais, públicos ou privados, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros (ALMG, 2012, p. 188).

Para o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA – MG), o inventário é uma das atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio

cultural. Toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio cultural depende do conhecimento dos acervos existentes.

A definição de inventário, para os termos do presente trabalho, vem de Marcos Paulo de Souza Miranda, quando diz que

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. (p.190)

CONCLUSÃO

Por vezes vemos esse patrimônio cultural ser ampliado e delegado à identidade cultural nacional. Entretanto, quando analisamos esse legado coletivo, perdemos partes elementares da herança de cada povo em si, isto é, quando elencamos patrimônios brasileiros representativos da história de nossa nação, certamente a construção cultural do município de Manhuaçu não terá enfoque algum, já que sua importância restringe-se apenas ao povo manhuaçuense.

Todavia, a partir desse estudo micro da história do município de Manhuaçu, podemos elencar a importância da salvaguarda da nossa identidade cultural.

O regional nos possibilita peculiaridades que ficariam ignoradas se não tomadas em partes. As pesquisas levantam fontes e temas que não são possíveis de ser contemplados no estudo do geral. Além da pesquisa, o regional deve ser incluído no ensino de história e reconhecido como uma abordagem que merece rigor teórico e metodológico, ampliando as possibilidades do ofício do historiador.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. (Org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (coords.). **Usos & abusos da história oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

BITTENCOURT, C. **Didática e ensino e História**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BUKE, P. **A escrita da História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo Moura. **História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Lê. 2005.

CAMPOS, Yussef. **Proposições para o patrimônio cultural**. 1ed. Juiz de Fora: Funalfa, 2014.

_____. A identidade social como legitimadora da preservação do patrimônio cultural. **Percepção do intangível**: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. 5ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul**: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX, Salvador, UNEB, 2003.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. **O Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1975. 1 v.

SILVA, V. A. C. "Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica". In: SILVA, M. A. da. **República em migalhas**: história regional e local. [S. l.]: [s. n.], 1990.